

## PROCESSO DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Delineamentos de Marx e Engels no século XIX tentam dar uma explicação científica e coerente ao fenômeno do trabalho em geral e do trabalho capitalista em particular. Para esses pensadores, o trabalho é aquilo que funda o homem em todas as esferas de sua vida, incluída a da cultura.

O Processo de trabalho implica uma “atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas suas formas sociais” (MARX, 1994, p. 208). Isso revela a relação que o homem (ou a comunidade) mantém com a natureza (objeto), utilizando diferentes meios de trabalho (instrumentos e ferramentas) para gerar bens e serviços a partir da força de trabalho, destinados à satisfação das necessidades da sociedade. Trabalho produtivo, portanto, não se entende em sentido restringido, já que docentes, médicos, artistas, podem ser empregados por capitalistas com vistas à produção da mais-valia (BOTTOMORE, 1984).

Portanto, aquilo que os docentes realizam cotidianamente é trabalho, já que, mediante um contrato com o empregador (privado ou estatal), vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Nesse processo de alienação da força de trabalho, a energia vital e as competências que a qualificam adquirem valor de troca, tornando-se de interesse o denominado perfil profissional diante das necessidades do comprador dessa mercadoria. Força de trabalho refere-se aqui tanto à que aparece oferecida no mercado, como a capacidade de desenvolver qualquer atividade útil ao outro, à sociedade ou a qualquer um de seus subsistemas (MARTÍNEZ BONAFÉ, 1999).

Do mesmo modo, objeto não alude apenas ao objeto material em si, mas também a sujeitos como o estudante de Educação Superior, a quem se destina um processo de formação que o qualifique para satisfazer necessidades sociais, políticas, econômicas, etc. No caso dos meios de produção, o conceito se refere aos meios que utilizam os professores para gerar conhecimentos (por ex., a própria prática, a infraestrutura da

instituição – bibliografia, salas de aula, laboratórios, equipamentos tecnológicos , etc.), a partir da relação com o sujeito-estudante, com o objeto de pesquisa, com o espaço de extensão voltado à comunidade.

A noção de Processo de Trabalho Docente na Educação Superior se sustenta, por um lado, nas análises das práticas reais que realizam cotidianamente docentes pertencentes a diferentes áreas disciplinares. Por outro lado, situa-se em relação à organização do trabalho e às regulações que determinam a distância entre trabalho prescrito – aquele que é predefinido em documentos de instituições, o que deve ser – e trabalho real – o nível da atividade do docente, as tarefas concretas realizadas.

Social e historicamente determinada, a prática docente é desenvolvida por sujeitos cujo campo identitário se constrói em torno aos processos de ensino e de aprendizagem (*prática pedagógica* que envolve qualquer processo formativo), fato que supõe a circulação de conhecimentos. No campo laboral do docente desse nível de ensino, para além da prática pedagógica, existe uma complexa trama de atividades e relações derivadas de outras funções reguladas por e para a organização institucional, a saber, pesquisa, extensão/serviço, aperfeiçoamento e governo/gestão.

As políticas neoliberais implementadas na América latina a partir da segunda metade da década de 80, respondendo aos direcionamentos de organismos financeiros internacionais, instauram reformas no Sistema Educativo mediante a retórica da “cultura da avaliação”. A partir de uma compreensão do conhecimento, sua geração e transmissão em uma lógica mercantilista legitimam um pensamento hegemônico por meio de regulamentos baseados na ordem meritocrática, credencialista e diferenciadora – particularmente para as atividades de docência e pesquisa – e instituem a necessidade de oferecer serviços ao meio social – concebido como mercado – que gerem renda, conseguindo assim recursos próprios. Inclusive os estudos de pós-graduação se tornam uma oferta educativa onerosa para os próprios docentes.

As novas normativas, porém, deixam uma ampla margem de desregulamentação no que se refere aos processos de trabalho em si, suprimindo essa ausência com instrumentos avaliativos de controle de resultados a cargo de uma rede de organismos burocráticos. E, ainda, os meios com os quais se leva a cabo a produção capitalista reafirmam, na atividade diária do docente, o estranhamento e a mercantilização das atividades laborais

e de seus produtos. Os sistemas informatizados, por exemplo, são os meios para prestar conta dos resultados dos processos pedagógicos, de pesquisa e de extensão; com sua aparente simplicidade, promovem o ocultamento dos processos, a segmentação das ações e, particularmente, dos tempos requeridos para sua realização. Os parâmetros de sucesso junto aos prazos administrativos provocam um forte processo de alienação sob o aparente trabalho intelectual autodeterminado que estaria sendo realizado, ordenam a atividade produtiva e submergem o trabalhador universitário em uma “atividade subjetivante” que impõe tarefas que escapam à própria consciência, mas, ao mesmo tempo, parecem intencionais.

O processo de trabalho na Educação Superior aparece assim atravessado por uma complexa trama de interações que frequentemente afastam o docente da especificidade de seu trabalho reflexivo e crítico em torno ao conhecimento. Torna-se evidente que o ritmo imprimido pelo sistema capitalista à vida cotidiana é intrínseco à forma em que nele se diagrama e se planeja seu sistema de produção, por isso é inevitável levar em consideração a necessidade do reconhecimento dos mecanismos de dominação social para gestar paulatinamente a apropriação do controle do processo de trabalho por parte do docente, mediante a construção de práticas alternativas contra-hegemônicas (TELLO et al., 2009).

**ANA MARIA S. TELLO**

BOTTOMORE, T. (Dir.). *Diccionario del pensamiento marxista*. Madrid: Tecnos, 1984.

MARTÍNEZ BONAFÉ, J. *Trabajar en la escuela: profesorado y reformas en el umbral del Siglo XXI*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 1999.

MARX, C. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TELLO, A. et al. Trabajo docente en la universidad: regulaciones, subjetividad y sentidos, inscriptos en los ciclos de una investigación. *Fundamentos en Humanidades*,

San Luis, Ano 10, n. 20, p. 241-264, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/184/18412520017.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2010.

TELLO, A.M. Processo de trabalho na educação superior. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM